

A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma Análise Psicossociológica

The hidden face of racism in Brazil: A psycho-sociological analysis.

Leoncio Camino*, Patrícia da Silva*,
Aline Machado* e Cícero Pereira**
leocamino@uol.com.br

Resumo

No Brasil, atos explícitos de discriminação racial são proibidos por lei. O que estaria levando as pessoas a inibirem expressões de preconceito conservando disposições negativas internas. Mas não se trata exclusivamente de um problema psicológico. O discurso moderno sobre as relações raciais é essencialmente contraditório. Num estudo realizado na Paraíba, observou-se que praticamente todos os 120 universitários entrevistados, afirmam que no Brasil existe preconceito, mas curiosamente a grande maioria não se considera preconceituosa. Os estudantes parecem ter clara consciência da discriminação racial que se vive no Brasil mas não aceitam a responsabilidade por esta situação. Assim, observou-se que os estudantes utilizavam mais adjetivos de pessoas simpáticas e menos de pessoas antipáticas para descrever pessoas de cor negra que pessoas brancas, mas pensavam que os brasileiros fariam o contrário: atribuiriam mais adjetivos de pessoas antipáticas e menos de pessoas simpáticas às pessoas de cor negra. Observou-se também que utilizavam mais adjetivos do terceiro mundo e menos do primeiro mundo para descrever pessoas de cor negra. Quando convidados a responder pelos brasileiros davam o mesmo padrão de respostas. Analisam-se estas contradições na perspectiva psicossociológica, usando-se como analogia o conceito de “formação reativa” para indicar que tanto os mecanismos psicológicos de inibição das atitudes negativas como as mudanças nas formas de se representar as diferenças de cor destinam-se a justificar práticas sociais que continuam a manter a discriminação racial.

Palavras-chave

Novo racismo, preconceito, estereótipos, funções ideológicas.

* Departamento de Psicologia
Universidade Federal da Paraíba
Caixa Postal 5069 Cidade
Universitária 58051-970 João
Pessoa PB.

** Universidade Católica de Goiás.

Abstract

Because racial discrimination in Brazil is legally forbidden, the ways it is expressed now seem to be taking new forms: people inhibit explicit expressions of racism preserving some internal dispositions. Therefore, they experience some psychological conflicts when expressing their actual attitudes. But these conflicts are not purely psychological. In fact, social thinking of modern societies on racial relationships is contradictory by itself. Thus, the new forms of racism are more consequences of ideological contradictions than of psychological conflicts. To tackle these ideas, we conducted a study using university students (n = 120) from João Pessoa (Brazil). We observed that the majority of participants think simultaneously both that, in general, Brazilian people is strongly prejudiced but that they (the participants) are non-prejudiced. These results suggest that the participants knew about racial discrimination but they also felt that they are not responsible for this situation. And indeed, when giving their own opinions, the participants attributed more positive traits to black people that they gave to white people. But, when asked to use as base line Brazilian current opinions, the results were reversed. However, when the traits were specifically related to first and third world citizens, participants' opinions and what they think about Brazilians' opinions were the same: black people received more third world traits than white people. Thus, in Brazil, new forms of racial categorization are developing in substitution of classical ones. These new forms of categorization serve both, to take the responsibility from the people and to maintain the racial discrimination.

Key words

New racism, Prejudice, Stereotypes, Ideological functions.

Nas sociedades modernas, os atos explícitos de discriminação racial e étnica são publicamente condenados e proibidos por lei. Portanto, poder-se-ia supor que o preconceito racial estaria acabando? Não. Na verdade, o que parece estar ocorrendo é uma mudança nas formas de expressão e no conteúdo do preconceito. Assim, as explicações psicológicas da existência de um racismo aberto, militante e agressivo, próprias dos trabalhos que surgiram a partir dos anos 40 (Dollard *et ali.*, 1939; Adorno *et ali.*, 1950; Hovland e Sears, 1940), estão sendo gradualmente substituídas pela preocupação em revelar as formas menos evidentes e mais difundidas de racismo, formas estas que reproduzem atitudes discriminatórias sem desafiar a norma social de indesejabilidade do racismo.

Esta preocupação tem dado lugar a diversas abordagens que têm em comum a idéia da persistência de sentimentos e atitudes preconceituosas que não desafiam abertamente as atuais normas sociais anti-racistas (Katz, Wackenhut e Hass, 1986; MMcConahay, 1986; Pettigrew e Meertens, 1995; Meertens e Pettigrew, 1999; Vala, 1999). Estas conceitualizações pressupõem que nos últimos 30 ou 40 anos as sociedades modernas vêm desenvolvendo um conjunto de restrições institucionais às práticas discriminatórias baseadas nas diferenças de raça. Pressupõem também que em consequência destas práticas institucionais as pessoas vêm se adaptando a essas pressões.

NOVAS FORMAS DO PRECONCEITO RACIAL

De fato, estas abordagens sugerem que a diminuição das expressões do racismo seria mais aparente que real, pois as atitudes preconceituosas que não desafiam abertamente as normas atuais anti-discriminatórias persistiriam no interior das consciências dos indivíduos. O que há em comum neste conjunto de teorias é a idéia de que a discriminação manifesta - que supõe crenças na inferioridade do grupo discriminado e rejeição do contato íntimo com os membros deste grupo - está sendo substituída por formas mais sutis de discriminação.

Se em algumas pessoas a não expressão de atitudes racistas pode ser atribuída a processos de internalização ou de conversão às novas normas (Moscovici, 1985), em outras a não expressão deve ser atribuída a simples processos de acomodação (Kelman, 1961). Não se trata de uma adaptação meramente quantitativa (redução na intensidade da expressão), mas de uma transformação qualitativa das formas de expressão do preconceito. Por essa razão fala-se de **novas formas** de preconceito. Nesta perspectiva, Sears e Kinder (1971), por exemplo, propõem a teoria do racismo simbólico. O núcleo deste novo racismo estaria constituído, por um lado, pela afirmação de valores igualitários (próprios do pós-modernismo) e, por outro lado, pela oposição (sempre em nome de valores pós-modernistas) a políticas congruentes com os valores igualitários. Assim,

uma política de quotas de ingresso na universidade para minorias raciais é atacada em nome da igualdade de direitos para todas as pessoas, independente da sua origem.

Estas novas abordagens, embora representem um certo avanço em relação às primeiras teorias, manifestam, no seu conjunto, problemas tanto de ordem metodológica quanto conceitual. No que se refere à metodologia, os próprios autores citados afirmam que as novas formas de preconceito se expressariam em crenças e práticas diferentes das típicas do racismo clássico; conseqüentemente, a expressão atual do preconceito não poderia ser medida através das escalas tradicionais, que se apoiam na distância social: uma maior distância expressa maior rejeição social e, portanto, maior preconceito. Mas, apesar desta crítica pertinente, os promotores destas abordagens tratam as novas formas de preconceito como se fossem um processo universal que pudesse - ele também - ser medido através de uma escala clássica, em lugar de analisar em cada contexto social as novas justificativas que o preconceito vai adquirindo, ou suas novas causas.

Para nós, o foco destas abordagens não deve ser a construção, *a priori*, de uma medida válida a ser utilizada em diferentes situações, mas a compreensão das características próprias de cada contexto social para poder construir, em cada um destes contextos, medidas adequadas.

No nível conceitual, pensamos que o problema fundamental das abordagens mencionadas está na relação proposta entre o psicológico e o social. Para os autores da abordagem do novo preconceito, as pessoas experimentariam, consciente ou inconscientemente, um conflito psicológico devido ao confronto entre suas atitudes íntimas preconceituosas e as normas sociais contra o preconceito. Este conflito levaria a formas mais sutis ou camufladas de expressão do preconceito. Mas o fato de que os sujeitos experimentem algum conflito em certas situações e terminem expressando-se de maneira ambivalente não quer dizer que este conflito tenha sua origem em processos psicológicos do sujeito, e sim que o sujeito reproduz os argumentos ou repertórios conflitantes que circulam na própria sociedade (Wetherell, 1996). Esta última reflexão mostra que as teorias sobre as novas formas de preconceito colocam sérios problemas não só na tendência psicométrica que elas apresentam na avaliação das novas formas do preconceito, mas, principalmente, na sua conceitualização.

As concepções psicológicas atuais sobre o novo racismo (como puro processo de acomodação às novas normas de indesejabilidade), além de não considerarem uma série de características do racismo atual, utilizam uma abordagem individualista e processual, não adaptada para o estudo de fenômenos sociais ligados aos processos de exclusão. Para entender o racismo atual devemos, portanto, analisar o contexto contemporâneo onde desenvolvem-se as novas formas dos processos de exclusão social. E este contexto é dominado pela globalização, que deve ser entendida como um con-

junto de processos que se estrutura em níveis diferentes (cultural, econômico, social, etc.) e independentes entre si, embora fortemente interrelacionados.

Neste processo de globalização cultural intensificam-se as relações entre as diferentes culturas e etnias, fato que produz uma certa ambigüidade. Se, por um lado, cresce o respeito à diversidade de valores culturais, por outro lado, emergem fortes pressões para a manutenção das identidades e valores culturais regionais. O crescimento de movimentos nacionalistas na Europa e em outras regiões (Giddens, 1996), e o surgimento de fanatismos religiosos de caráter fundamentalista (Brown, 1995) seriam expressão típica da ambigüidade que caracteriza a globalização, a qual traz, como efeitos colaterais, fenômenos de fanatismo e de discriminação contra etnias e grupos minoritários (Wetherell, 1996).

Por sua vez, a formação de novos blocos econômicos e o processo de globalização financeira, ao mesmo tempo em que traduz o desenvolvimento econômico e tecnológico do capitalismo, aumenta as diferenças já existentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, e entre ricos e pobres no interior dos diversos países, como constatado pelas próprias análises e estatísticas governamentais (Beeman e Frank, 1998) e por estudos acadêmicos (Bauman, 1998; Dupas, 2000). Certamente este conjunto de mudanças culturais e econômicas afeta o modo como são vividas hoje as relações raciais e introduz nelas as ambigüidades e contradições próprias do pós-modernismo (Bowser, 1995a).

Assim, constata-se que nas sociedades modernas, embora os atos explícitos de discriminação estejam publicamente proibidos por lei, a discriminação em função da cor da pele continua a se desenvolver. Observa-se, por exemplo, que na maioria dos países onde se deu a escravidão, continuam a aumentar as diferenças sócioeconômicas entre as pessoas de cor branca e as pessoas de cor negra (Mtb, Assessoria Internacional, 1998); já nos países desenvolvidos que foram colonizadores, criam-se dificuldades para a entrada de trabalhadores estrangeiros não brancos. Em ambas as situações são constatadas violências e até assassinatos contra pessoas de cor negra.

Embora não se acredite hoje em hierarquias sociais baseadas nas raças, a cor da pele serve ainda como um símbolo da discriminação existente (Guimarães, 1999). É neste sentido que se pode afirmar que o racismo é uma ideologia, ou um discurso que justifica processos de discriminação social (Bowser, 1995b; van Dijk, 1997). E a ideologia enquanto construção mental justificadora, embora surja nas condições concretas das relações de poder, segue, por se tratar de idéias e emoções, o conjunto de leis psicológicas que regem os processos cognitivos e afetivos (van Dijk, 1998). Entre os processos cognitivos merecem um grande destaque os processos de categorização e de construção de estereótipos. Estudos recentes mostram o papel justificador e portanto ideológico que os estereótipos desempenham nas relações intergrupais (Yzerbyt, Rocher e Schadron 1997).

Preconceito racial, estereótipos e novas formas de categorização

Numerosas pesquisas desenvolvidas a partir da obra de Tajfel (Tajfel *et alii*, 1971; Tajfel, 1981) sobre os estereótipos como indicadores da diferenciação grupal e mais especificamente da discriminação social têm mostrado que as pessoas atribuem mais traços positivos e menos traços negativos ao seu grupo do que a um outro grupo. Tem sido mostrado também que, quando os grupos são assimétricos (dominante X dominado; maioria X minoria; posição social elevada X baixa), este fenômeno de discriminação intergrupal ocorre com maior expressão nos grupos majoritários, dominantes ou de posição mais elevada (Stephan, 1985; Monteiro *et ali*, 1994).

De acordo com estes resultados, espera-se que membros de grupos majoritários mostrem um claro favoritismo por seus grupos de pertença, atribuindo-lhes mais traços positivos e menos traços negativos que aos grupos discriminados. No entanto, a indesejabilidade social da discriminação, poderá implicar um processo mais fino de discriminação. Por exemplo, num estudo realizado recentemente na Espanha por Perez (1996), que tinha como grupo-externo-alvo os ciganos do país, verificou-se que os entrevistados atribuíram mais traços positivos ao próprio grupo que ao grupo externo, não diferindo significativamente na atribuição de traços negativos a ambos os grupos. Ou seja, a norma anti-discriminatória inibiu um dos processos próprios da diferenciação grupal, a desvalorização/negação do outro grupo, mas não afetou o outro processo, a manifestação clara de favoritismo pelo próprio grupo em relação ao grupo dos ciganos. Dito de outra forma, verificou-se o favoritismo pelo próprio grupo, mas não a discriminação do grupo externo.

Outros estudos, usando como sujeitos estudantes norte-americanos brancos (Gaertner e McLaughlin, 1983; Dovidio, Mann e Gaertner, 1989), não encontraram diferenças na avaliação de brancos e negros em atributos negativos, como por exemplo “preguiçoso”, mas descobriram um favorecimento sistemático dos brancos em atributos considerados positivos, como “ambicioso”. Para esses estudantes, “os negros não são piores, mas os brancos são melhores” (Dovidio *et al.*, 1989: 88).

Para testar a hipótese de que a discriminação racial se expressa hoje não tanto pela atribuição de traços negativos e sim pela não atribuição de traços positivos, Vala, Brito e Lopes (1999), num estudo desenvolvido com 435 cidadãos portugueses, compararam o número de traços positivos e negativos atribuídos a portugueses e a imigrantes negros. Os sujeitos eram confrontados com uma lista de oito traços: quatro positivos (alegre, bonito, inteligente e trabalhador) e quatro negativos (desonesto, egoísta, impulsivo e agressivo). Com base nesses traços, pedisse-lhes que indicassem aqueles que refletiam a sua opinião sobre um português típico e sobre um negro típico. Vala e colaboradores (*op. cit.*) observaram que os

portugueses escolheram significativamente mais traços positivos para descrever a si mesmos do que para descrever os imigrantes negros; no que concerne aos traços negativos, os autores não encontraram diferenças significativas. Ou seja, os sujeitos manifestaram abertamente uma diferenciação entre os dois grupos quanto a traços positivos, mas não quanto a traços negativos. Curiosamente, o número de traços negativos é até maior no próprio grupo do que no grupo externo.

A partir desses estudos pode-se supor que nos países ocidentais o preconceito não se expressa hoje em dia pela atribuição de traços negativos, mas pela negação de atributos positivos a um grupo-alvo. Estes estudos mostram que a discriminação pode assumir formas sutis. Pode-se portanto afirmar que em certos países ocidentais as práticas discriminatórias estão adquirindo expressões mais sutis e se revestindo de novas formas que visam a preservar o respeito por uma normatividade social idealizada de não discriminação de grupos sociais a partir de critérios de raça.

Aliás, este tipo de explicação sustenta-se em boa parte nos processos de acomodação das pessoas, sem entrar no debate da natureza da norma social. Aceitam-se as normas anti-racismo naturalmente, como se de fato fossem normas cujo objetivo fosse a inclusão, na sociedade, das pessoas de cor. Segundo Billig (1985), se a ideologia reflete de alguma maneira a organização econômica, pode-se esperar que a mentalidade pós-moderna inclua tanto aspirações universalistas e globalizantes, como aspirações setoriais (nacionalistas) inculcadas pelo espírito de concorrência e a meritocracia capitalista. Por isso, na mentalidade pós-moderna coabitam aspirações moralistas, de fraternidade e de igualdade, e preocupações realistas de justiça concreta. Desse modo, a frase “eu não sou preconceituoso mas devemos reconhecer que os estrangeiros estão tirando o nosso emprego” afirma, concomitantemente, valores éticos e valores materiais muito específicos. Para Billig (1991), o triunfo de uma ideologia é o triunfo, no discurso cotidiano, das justificativas empíricas de seu sucesso. Isto implicaria um paradoxo: quanto mais se critica o preconceito, mais os preconceitos do liberalismo são justificados; a ênfase na norma anti-racista poderia levar, em certas condições, à justificativa do próprio preconceito.

Contextualização do preconceito racial no Brasil

Tentaremos mostrar como o processo de mistificação pode estar acontecendo no Brasil. De fato, entrando em contradição aparente com a ênfase que damos à contextualização, temos analisado teorias e pesquisas sobre as novas formas do preconceito elaboradas nos países mais industrializados. Como se processam no Brasil as normas anti-racistas e como se justificam as discriminações concretas?

Embora na Psicologia se estude o racismo como uma atitude, é claro que este tipo de atitude teria poucas conseqüências se agisse de forma isolada, sem que existissem condições históricas, culturais e econômicas que a ligassem a comportamentos específicos. Por isso, para estudar o preconceito e as atitudes racistas torna-se necessário contextualizar o racismo no Brasil.

Os negros chegaram⁽¹⁾ ao Brasil no século XVI - como vítimas do comércio de escravos que se desenvolveu na América até o século XVIII -, chegando a constituir uma parcela importante da população, a que exercia as tarefas mais pesadas e ocupava o status social mais baixo. Grande parte da população negra foi obrigada a trabalhar nas propriedades rurais, inserindo-se num sistema patriarcal de produção rural (Freire, 1933). Em muitas outras regiões onde houve escravagismo (como Estados Unidos, África do Sul, América Central, etc.), o trabalho escravo também se desenvolveu preferencialmente no sistema de *plantation* (van den Berghe, 1967).

Apesar desta semelhança, inúmeros fatores históricos, políticos, econômicos e culturais incidiram de modo a suscitar características peculiares no escravismo de cada país (Jones, 1972; van den Berghe, 1967). Uma característica que difere entre os países citados é o grau de miscigenação entre as raças negra e branca. Os países onde foram realizados os estudos sobre preconceito, cujos dados temos citado, ou foram colonizadores que não desenvolveram uma população de escravos negros no interior de suas fronteiras (como Espanha e Portugal) ou foram colônias que mantiveram uma política severa de separação (*apartheid*) com a população negra (como os Estados Unidos e a África do Sul). No Brasil, a mestiçagem foi bastante alta; já nesses países ela foi praticamente inexistente.

Como foi percebido pelos próprios brasileiros este processo de miscigenação? Nos primeiros estudos sobre o tema, Nina Rodrigues⁽²⁾ (1933/1945) e Oliveira Viana (1932/1959) consideraram que a influência dos negros na civilização brasileira, verificada através dos altos índices de mestiçagem, seria negativa por eles serem membros de uma raça biologicamente inferior. Ramos (1934) considera a presença dos negros um problema na formação da cultura brasileira, não por razões biológicas, mas por razões culturais.

Gilberto Freire, em *Casa Grande e Senzala* (1933), valoriza o processo de mestiçamento a partir da idéia de que este age como uma forma de enriquecimento cultural. Fala de “democracia racial”, sustentando-a nos mitos do “Luso-

1 “Não se sabe ao certo, quando chegaram os primeiros negros ao Brasil, mas há grandes probabilidades de terem vindo já... em 1531” (Caio Prado Junior, 1994: 30).

2 Abdias Nascimento (1968) chama atenção para o fato de que psiquiatras como Nina Rodrigues e Arthur Ramos estão entre os primeiros que se preocupam com os negros.

tropicalismo” e do “Senhor Amável”. A atitude pouco preconceituosa do português, somada ao fato de virem poucas mulheres européias à colônia, criou as condições propícias para um processo de mestiçagem entre os senhores da Casa Grande e as escravas da Senzala. É esta miscigenação que sustentaria a crença na democracia racial no Brasil. Mas Gilberto Freire, não podendo evitar a evidência dos negros ocuparem na República uma situação marginal, afirma que o negro não teria vez na sociedade brasileira não por ser negro, mas por ser pobre.

Estudos melhor documentados em trabalhos de campo que se desenvolveram na segunda metade do Século XX, não só não sustentaram esta visão otimista das relações raciais no Brasil (Fernandes, 1972; Nascimento, 1968; Skidmore, 1976) como demonstraram que o mito da Democracia Racial serve como racionalização no desenvolvimento de idéias e práticas discriminatórias (Azevedo, 1975). Recentemente, Andrews (1998) mostrou, analisando 100 anos de relações laborais em duas empresas de São Paulo, que os trabalhadores negros recebiam menores salários e mais punições do que os trabalhadores brancos imigrantes ou brasileiros de mesmo grau de instrução e condições sócioeconômicas.

Aliás, hoje a observação de fatos do cotidiano e as próprias estatísticas governamentais não deixam dúvidas quanto ao fato da população negra do Brasil continuar a ser objeto de discriminação (Assessoria Internacional do Ministério de Trabalho, 1998). Mas a existência de práticas discriminatórias implica necessariamente a existência de preconceito racial no Brasil?

Numa pesquisa que atingiu todo o território nacional, Venturi e Paulino (1995) constataram que 89% dos brasileiros reconhecia a existência de preconceito racial no Brasil. Mas apesar da consciência da existência de um preconceito generalizado, só 10% admitia ser pessoalmente preconceituosos. Noutra pesquisa, Martinez e Camino (2000) observaram a mesma contradição em estudantes universitários de João Pessoa: numa escala de 1 a 10 (os maiores escores indicavam maior atribuição de preconceito) os estudantes atribuíam a si, em média, 3,3 pontos enquanto que atribuíam 7,8 pontos aos brasileiros. Venturi e Paulino (*op. cit.*) constataram também que 87% dos brasileiros, apesar de não se reconhecerem como preconceituosos, revelavam, de forma indireta, algum tipo de preconceito. Estes autores afirmam que “os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram, em sua imensa maioria, preconceito contra os negros”. Rodriguez (1995) denomina este fenômeno de “Racismo Cordial”, afirmando que esta atitude seria uma maneira de não ofender mais aquele que se discrimina.

Este racismo cordial representaria um momento necessário de transição entre o preconceito clássico e uma nova era de igualdade racial? As pressões anti-racismo são mesmo para valer? Ou o pensamento moderno, tal como se expressa

atualmente na ideologia neo-liberal, possuiria no seu interior o próprio princípio da discriminação, sejam quais forem a forma e as justificativas que tome? Concor damos com Martiniano Silva (1995: 19) que este “racismo à brasileira é zelosa mente guardado, porque é sutil, engenhoso; a bem dizer, mascarado”. Acrescentaríamos que este racismo à brasileira não tem nada de cordial; muito pelo contrário, por ser mascarado, ele é não apenas terrivelmente eficiente em sua função de discriminar as pessoas de cor negra, mas é também, lamentavelmente, muito difícil de erradicar. Faz-se, pois, necessário conhecer as “novas cabeças” desta velha e horrorosa Hidra; faz-se necessário analisar as formas específicas que o racismo assume no Brasil.

E para estudar as características peculiares das relações raciais no Brasil, dado o forte processo de miscigenação existente, faz-se necessário colocar o problema da definição dos sujeitos principais desta situação: os negros, brancos e morenos brasileiros. O IBGE, utilizando como critério de classificação racial a auto-atribuição de uma cor entre cinco propostas (branco, pardo, negro, amarelo e indígena), constatou, na última Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNDA) realizada em 1991, que 55,3% da população brasileira se classifica como branco; 39,3% como pardo; 4,9% como negro e 0,5% como amarelo.

Os critérios do IBGE vêm sendo criticados tanto por pesquisadores como por militantes de movimentos negros⁽⁴⁾. Turra e Venturi (1995), num estudo desenvolvido pelo instituto de pesquisa Datafolha, compararam diversos critérios de classificação. Inicialmente os entrevistadores anotaram a cor observada dos entrevistados utilizando os critérios do IBGE; a seguir solicitaram-lhes que se classificassem, primeiro espontaneamente e depois de acordo com as categorias do IBGE. Os autores observaram que apenas 6% dos entrevistados atribuíram a si espontaneamente a cor parda, 8% a cor preta e 43% se classificaram como morenos, percentual que supera o daqueles que se consideraram brancos (39%). Por outro lado, quando os entrevistados utilizaram os critérios do IBGE, 50% se consideraram brancos, 29% pardos e 12% pretos.

Estes resultados demonstram que a classificação pela cor apresenta sérios problemas no Brasil devido tanto ao elevado grau de miscigenação da população como à dificuldade das pessoas em saber o que de fato está sendo perguntado: cor de pele, raça ou etnia. Mas acreditamos que as contradições nestes números não decorrem só das limitações do método e das confusões que o processo de miscigenação produz quanto à cor da pele dos indivíduos; elas decorrem principalmente das ambivalências das pessoas no que concerne à raça e, por conseguinte, no que

4 Para Ivani dos Santos, por exemplo, ativista do movimento negro (Jornal do Brasil, 1998), os critérios do IBGE confundem a cor da pele de uma pessoa com sua ascendência étnica.

concerne às relações entre as duas raças, branca e negra. A classificação em termos de raça, de si e dos outros, já faz parte, no Brasil, das próprias relações interracialiais.

Estudo empírico com estudantes universitários.

Neste trabalho empírico pretendemos mostrar que o fato da maioria dos brasileiros, brancos ou morenos, não se considerar preconceituosa mas aceitar a existência de um Brasil majoritariamente preconceituoso produz uma forma de dissociação cognitiva que permite, por um lado, aceitar a existência social de estereótipos negativos sobre os negros e, por outro, negar que se possui tal tipo de visão. Deste modo, a expressão de uma visão racial estereotipada dependerá da relevância da norma anti-racista na situação em que esta visão é expressa. Ela será expressa mais facilmente quando o sujeito atribuir esta visão aos outros, ao passo que, ao referir-se a si, o sujeito tenderá a negar ser preconceituoso. Pelas mesmas razões, representações de um grupo serão mais preconceituosas quando não se fizer necessária uma avaliação comparativa entre os grupos.

Pretendemos mostrar também que, concomitantemente a esses processos dissociativos que procuram conciliar o contraste entre os efeitos de uma longa socialização racista com a vigência de normas sociais anti-racistas, vêm desenvolvendo-se novas formas de categorização social que substituem o conceito de raça pelo de adaptação a valores modernos e progressistas. Embora a ideologia neoliberal negue as diferenças hierárquicas entre as raças, ela pressupõe a existência de diferenças em termos de progresso sócioeconômico. A cor da pele estaria de alguma maneira associada seja aos valores progressistas do primeiro mundo (caso da cor branca), seja aos valores tradicionais e menos avançados do terceiro mundo (caso da cor negra). Assim, as pessoas negras serão caracterizadas como mais ligadas a valores terceiro-mundistas e com aptidões naturais ligadas ao esporte ou à arte (espetáculo), enquanto que as pessoas de cor branca serão percebidas como possuindo aptidões para atividades intelectuais (qualificadas) ou atividades ligadas ao poder.

Parece não haver trabalhos que procurem avaliar as novas formas que o preconceito racial e os estereótipos sobre os negros estão adquirindo no Brasil. Os poucos estudos empíricos sobre o preconceito racial realizados no Brasil limitam-se a descrever a existência do preconceito racial. Decidimos então realizar uma pesquisa de caráter exploratório a fim de começar a delimitar a problemática que nos interessa aprofundar, qual seja, o grau de consciência dos estudantes sobre o seu próprio preconceito e o dos brasileiros, bem como as formas que o preconceito toma atualmente.

Com este objetivo, contatamos, nas salas de aula, 120 estudantes da Universidade Federal da Paraíba da Área de Ciências Humanas. A amostra, embora pequena, era estruturada de forma a reproduzir as proporções de distribuição dos estudantes na instituição, o que nos permitiria com maior facilidade estabelecer algumas relações iniciais. A idade média dos estudantes era de 26 anos ($s = 7,9$); 63,6% deles eram do gênero feminino e 36,4% do masculino.

Como raça e/ou cor da pele constituem variáveis essenciais no estudo das relações raciais, solicitamos aos estudantes que informassem a cor da sua pele e a sua raça, oferecendo-lhe as seguintes opções: negra, branca, morena e outra. No que se refere à cor da pele, 54% da amostra indicaram a cor branca, 39% a cor morena e 7% a cor negra. No que se refere à raça, 61% dos estudantes se declararam branco, 27% moreno e 12% negro.

TABELA 1: PORCENTAGENS DEMONSTRATIVAS DA MANEIRA QUE OS ESTUDANTES SE ATRIBUEM COR DA PELE E RAÇA

Raça dos estudantes:	Cor da pele dos estudantes:			Totais de raça
	Branca	Morena	Negra	
Branca	88	34	-	61
Morena	6	54	33	27
Negra	6	12	67	12
Totais de cor da pele:	54	39	7	100

Como se pode constatar na Tabela 1, a relação entre cor da pele e raça é bastante forte (Coeficiente de contingência = 0,587 ; $X^2 = 47.409$; gl. = 4 ; p. < .000), embora a correspondência não seja perfeita. Entre os que declararam possuir cor da pele branca, apenas 6% se definiram como sendo da raça morena e 6% como sendo da raça negra. Do pequeno grupo que declarou possuir cor da pele negra, 1/3 ($n = 2$) definiu-se como moreno e 2/3 como sendo da raça negra. Onde se constatou um maior grau de indefinição foi entre os que atribuíram a si a cor morena: deste grupo, só 54% se declararam moreno; 34% atribuíram a si a raça branca e 12% a raça negra.

Para analisar o grau de consciência quanto à existência do preconceito no Brasil, solicitamos aos alunos que escolhessem uma entre as três alternativas constatadas nos estudos de Rodrigues (1995). Observa-se na Tabela 2 que a grande maioria dos estudantes (82%) escolheu a alternativa do meio: admite a existência do preconceito no Brasil, mas não se admite como preconceituoso. Estes resultados sugerem a possível existência de um duplo padrão de avaliação: um padrão mais concreto, destinado a avaliar a si mesmo, e provavelmente também a seus famili-

ares e amigos, e um padrão mais abstrato e político, que visa à avaliação da sociedade brasileira. Como veremos adiante, estes dois padrões interligados permitem aos brasileiros sustentar os princípios modernos da igualdade racial, mesmo reconhecendo que no Brasil se está muito longe de viver esta igualdade. A análise das maneiras como os brasileiros representam as diversas raças nos permitirá compreender melhor a ambivalência existente nesses repertórios representacionais.

TABELA 2: FREQUÊNCIA, EM PORCENTAGEM, DAS OPINIÕES DOS ESTUDANTES DA UFPB SOBRE AS ATITUDES PRECONCEITUOSAS NO BRASIL

OPINIÕES SOBRE O PRECONCEITO	N	%
Existe preconceito no Brasil e Você se considera preconceituoso?	19	16
Existe preconceito no Brasil e Você não se considera preconceituoso?	95	82
Não existe preconceito no Brasil e Você não se considera preconceituoso?	2	2
	116	100

Para avaliar as formas como os estudantes constroem suas representações de pessoas de cor negra e de pessoas de cor branca utilizamos duas estratégias. A primeira, que criamos para esta pesquisa, consistia em obter descrições das atividades próprias de cada raça; a segunda, consistia numa lista de adjetivos (*checklist*) dos quais os sujeitos deveriam selecionar os que melhor caracterizavam o grupo social estudado. Trata-se de uma técnica clássica no estudo dos estereótipos (Katz e Braly, 1933/1958) mas também utilizada nos estudos recentes, o que nos permitiria comparar nosos dados com os dos outros países.

Na primeira estratégia, solicitávamos aos estudantes, na primeira página do questionário, que opinassem livremente sobre quais as atividades em que as pessoas de cor branca (correspondendo à metade dos questionários) e de cor negra (a outra metade) se engajam espontaneamente e com maior frequência. Na segunda página, para a qual só podiam passar depois de responder à primeira, se lhes pedia que opinassem sobre as atividades que as pessoas de cor branca (metade dos questionários) e as pessoas de cor negra (a outra metade) desempenham melhor. A primeira parte da pergunta - a descrição livre das atividades que as pessoas realizam com maior frequência -, por não conter nenhuma referência explícita, poderia nos permitir a análise dos elementos que constituem as representações espontâneas dos estudantes sobre as aptidões das duas raças. A segunda parte, por introduzir uma comparação avaliativa entre grupos raciais, permitiria detectar o efeito das normas anti-racistas nas respostas dos estudantes.

Apesar de não se considerarem preconceituosos, 69% dos estudantes, quando

perguntados diretamente em que atividades as pessoas de cor negra se engajam mais freqüentemente, descreveram atividades que, embora exijam habilidades naturais (força, dança, esportes), não implicam qualificação especial nem relacionam-se diretamente com o poder ou a luta pelo poder (Tabela 3). Por sua vez, 69,5% dos estudantes que descreveram as atividades nas quais as pessoas de cor branca se engajam mais freqüentemente referiram-se seja a atividades que exigem qualificação profissional, seja a atividades ligadas ao poder. Apenas cerca de 16% dos estudantes não indicaram nenhuma atividade, afirmando que a atividade não dependia da cor da pessoa.

TABELA 3: PORCENTAGENS DAS ATIVIDADES ATRIBUÍDAS ESPONTANEAMENTE A PESSOAS DE COR NEGRA E DE COR BRANCA

Tipos de Atividade:	Atribuídas a pessoas de	
	Cor negra	Cor branca
Ativ. não qualificadas	89,3	10,7
Esportes, artes, lazer	75,0	25,0
% por cor	69,0	13,5
Ativ. qualificadas	23,1	76,9
Ativ. ligadas ao poder	12,5	87,5
% por cor	15,5	69,5
Independe da cor	47,4	52,6
% por cor	15,5	17,0

Entretanto, quando se introduziu uma possível comparação entre as raças perguntando aos estudantes quais seriam as atividades que as pessoas de cor negra ou de cor branca desempenhariam melhor, quase 2/3 dos alunos consideraram que o sucesso nas diversas atividades independe da cor (Tabela 4). No terço restante, nota-se uma tendência oposta à observada quando as atividades eram descritas sem comparação: alguns estudantes afirmam que as pessoas de cor negra desempenham atividades qualificadas melhor que as brancas, enquanto que estas se saíram melhor nas atividades não qualificadas. Apesar desta reversão, os estudantes, mesmo na situação que explicita a comparação entre raças, continuam a considerar que as pessoas de cor negra saem-se melhor nas atividades ligadas a espetáculos, enquanto que as pessoas de cor branca são melhores nas atividades ligadas ao poder. Estes dois aspectos parecem fazer parte de traços relativamente consensuais: elogia-se nos negros sua força, seu ritmo, sua sensualidade, sua habilidade nos esportes, etc., enquanto se tem como natural a maior presença dos brancos nas estruturas do poder.

TABELA 4: PORCENTAGENS DAS ATIVIDADES ATRIBUÍDAS COMPARATIVAMENTE A PESSOAS DE COR NEGRA E DE COR BRANCA

Tipos de Atividade:	Atribuídas a pessoas de	
	Cor negra	Cor branca
Ativ. não qualificadas	37,5	62,5
Esportes, artes, lazer	62,5	37,5
% por cor	22,5	18,0
Ativ. qualificadas	60,0	40,0
Ativ. ligadas ao poder	10,0	90,0
% por cor	12,0	21,5
Independente da cor	51,0	49,0
% por cor	65,5	60,5

Na segunda estratégia, empregada neste estudo para avaliar as visões estereotipadas dos estudantes sobre as raças, utilizou-se a técnica clássica da lista de adjetivos (*checklist*). Esta técnica consiste na apresentação, a um grupo, de um conjunto ou lista de adjetivos positivos e/ou negativos que se referem a características, aptidões ou traços de pessoas. Para escolher os adjetivos que constituiriam nossa lista, realizamos uma pesquisa anterior (Camino, Da Silva, Machado e Martinez, 2000) com 100 estudantes de Ciências Humanas das duas universidades que existem em João Pessoa, a Universidade Federal da Paraíba (pública) e o Centro Universitário de João Pessoa (privada). Foi oferecida aos estudantes uma lista de 50 adjetivos, em relação à qual eles deveriam realizar duas tarefas. Primeiro, deveriam escolher os 10 adjetivos que melhor caracterizavam as pessoas que moram em países do primeiro mundo e os 10 que melhor caracterizavam as pessoas que moram em países do terceiro mundo. Segundo, deveriam escolher os 10 adjetivos que melhor caracterizavam o tipo de pessoa com que a maioria gosta de se relacionar e os 10 que melhor caracterizavam as pessoas com as quais a maioria não gosta de se relacionar.

Para cada critério de escolha foram selecionados os quatro adjetivos utilizados com a maior frequência. Em todos os casos os adjetivos foram citados por mais de dois terços da amostra, o que permite considerar esses adjetivos como sendo parte dos estereótipos das quatro situações abaixo:

- Pessoas mais gostáveis; adjetivos: alegre, simpático, inteligente, honesto
- Pessoas menos gostáveis; adjetivos: agressivo, antipático, egoísta, desonesto
- Pessoas do 1º Mundo; adjetivos: ambicioso, civilizado, independente, rico.
- Pessoas do 3º Mundo; adjetivos: sonhador, solidário, trabalhador, pobre.

Estes 16 adjetivos constituíram a lista de adjetivos que nesse estudo apresentamos aos estudantes, pedindo à metade deles que escolhessem, dentre os adjetivos

da lista, os que melhor identificavam pessoas de cor branca, e à outra metade que escolhessem os que melhor identificavam pessoas de cor negra. Os estudantes deveriam primeiro fazer esta escolha de acordo com suas próprias percepções, ou seja, em relação a si, e, logo após, de acordo com o que eles achavam que os brasileiros pensam, ou seja, em relação aos brasileiros em geral. Procuramos com esta técnica, verificar as diferenças de percepção que se estabeleceriam entre a maneira consciente e cuidadosa com que o estudante avalia pessoalmente as pessoas de cor negra e a maneira como, segundo o estudante, os brasileiros as avaliam.

No que concerne à escolha dos adjetivos que classificam pessoas simpáticas e antipáticas, esperávamos constatar, como o fizeram Dovidio, Mann e Gaertner (1989), Perez (1996) e Vala, Brito e Lopes (1999), uma forte contenção dos estudantes no uso de adjetivos negativos em relação a pessoas de cor negra. Mas, diferentemente destes estudos, nos quais estudantes brancos atribuíam mais adjetivos positivos a brancos que a negros, esperávamos encontrar uma inexistência de diferenças no que se refere ao uso de adjetivos positivos. Como já foi enfatizado, no Brasil, pela forte miscigenação racial existente, não existem sentimentos de xenofobia em relação às pessoas de cor negra; elas não são sequer percebidas como estrangeiras. Pelo contrário, muitas das características que lhes são atribuídas, como o ritmo, a sensualidade, a ginga, etc., são consideradas patrimônio da nação. Por causa desta situação e pela força das normas anti-racistas, poderíamos esperar que os estudantes atribuissem o mesmo número de adjetivos positivos aos dois grupos raciais. Já no que concerne à escolha de adjetivos feita em função do que os estudantes acreditavam que os brasileiros pensam, esperávamos constatar a diferenciação preconceituosa clássica proposta por Tajfel (1981): os negros seriam avaliados negativamente enquanto os brancos o seriam positivamente.

De fato, nossos resultados (colunas 2 e 3 da Tabela 5) mostram que a porcentagem de estudantes que utilizaram características negativas para descrever pessoas de cor negra é bastante baixa, variando dos 12% que usaram os termos egoísta e antipático aos 21% que recorreram ao adjetivo agressivo. O uso de atributos negativos para os brancos foi algo maior, variando de 33% a 40%. Quanto ao uso de atributos positivos, os resultados não foram os esperados. As pessoas de cor negra receberam porcentagens maiores dos outros atributos positivos, - com exceção da inteligência, que os estudantes atribuíam mais aos brancos que aos negros -, chegando a ser majoritária a idéia de que os negros são simpáticos e alegres.

Os resultados relativos às características que os estudantes pensavam que os brasileiros atribuem às pessoas de cor negra e de cor branca demonstraram uma clara inversão (colunas 4 e 5 da Tabela 5). Os estudantes indicaram pensar que os brasileiros atribuem mais características positivas aos brancos que aos negros, parti-

cularmente no que concerne à inteligência, que é majoritariamente atribuída aos brancos. Por outro lado, os brasileiros, sempre segundo os estudantes, atribuem maior número de características negativas aos negros que aos brancos. Especificamente, os negros seriam percebidos pelos brasileiros como desonestos e agressivos.

TABELA 5: FREQUÊNCIAS, EM PORCENTAGEM, DOS ADJETIVOS CARACTERÍSTICOS DE PESSOAS SIMPÁTICAS E ANTIPÁTICAS ATRIBUÍDOS POR ESTUDANTES A PESSOAS DE COR NEGRA E DE COR BRANCA, SEGUNDO O QUE ELES PRÓPRIOS PENSAM E SEGUNDO O QUE ELES PENSAM SER A OPINIÃO DOS BRASILEIROS.

Adjetivos característicos de	Opinião própria sobre		Opinião dos brasileiros sobre	
	Negros	Branco	Negros	Branco
Pessoas Simpáticas:				
Alegre	50	34	22	31
Simpático	53	39	13	46
Honesto	40	30	05	34
Inteligente	40	47	09	65
Pessoas Antipáticas:				
Egoísta	12	38	15	18
Antipático	12	38	40	18
Desonesto	16	33	55	13
Agressivo	21	40	60	13

Estes resultados confirmam o cuidado constatado nas pesquisas atuais, quando pessoas de cor branca são convidadas a avaliar pessoas de cor negra. No caso do Brasil o cuidado parece ser ainda maior. Observa-se nos estudantes paraibanos que eles não só não diminuíram a imagem das pessoas de cor negra atribuindo-lhes características negativas, mas mostraram possuir uma imagem muito positiva deles, atribuindo-lhes um número elevado de características positivas. Assim, para os estudantes os negros seriam alegres e simpáticos e possuiriam índices muito baixos de antipatia e de desonestidade. Esta visão superlativa que os estudantes possuem das pessoas de cor negra contrasta com a visão extremamente negativa que os estudantes supõem que os brasileiros possuem. Segundo os estudantes, o povo brasileiro considera os negros como desonestos, agressivos e pouco inteligentes. Esta dicotomização tão radical parece-nos traduzir o conflito que vive o cidadão brasileiro, o qual, por um lado, dado o que observa no meio que o rodeia, é plenamente consciente da profunda discriminação em que vive o negro brasileiro, e, por outro lado, dados os laços criados pela miscigenação, bem como as pressões do politicamente correto, não consegue ser plenamente consciente de seu papel neste processo de discriminação. Voltaremos mais adiante a analisar a natureza desta

dicotomização. No momento basta-nos constatar que este conflito cria-se quando o estudante é convidado a avaliar negros e brancos usando adjetivos que se referem às relações interpessoais.

As crenças modernas negam a existência de diferenças psicológicas em termos de raça. Portanto, em situações como esta, onde se pede avaliar pessoas negras em termos de traços e de aptidões, fica muito óbvio para o estudante a necessidade de manter uma postura politicamente correta. Mas é igualmente óbvio que a situação de discriminação social real que existe deve estar criando novas justificativas, estas sim, politicamente corretas. Supomos que a ideologia liberal justifica diferenças não mais em termos de hierarquias raciais, mas em termos de valores e disposições ligados ao progresso sócioeconômico. Pressupúnhamos portanto que a cor da pele estaria de alguma maneira associada seja a valores progressistas do primeiro mundo, seja a valores menos avançados. Assim, os estudantes representariam as pessoas negras como mais ligadas a valores terceiro-mundistas, enquanto que as pessoas de cor branca seriam percebidas como pertencendo naturalmente ao primeiro mundo. Especificamente, estávamos esperando que os estudantes, para caracterizar pessoas negras, empregassem com maior freqüência adjetivos utilizados para classificar pessoas de países do 3º mundo, enquanto que para caracterizar brancos empregassem com maior freqüência adjetivos que classificam pessoas de países do 1º Mundo (Tabela 6).

De fato, os dados obtidos em nosso estudo (colunas 2 e 3 da Tabela 6) mostram

TABELA 6: FREQUÊNCIAS, EM PORCENTAGEM, DO NÚMERO DE CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DE PESSOAS DO 1º MUNDO E DO 3º MUNDO, ATRIBUÍDOS POR ESTUDANTES ÀS PESSOAS DE COR NEGRA E DE COR BRANCA, SEGUNDO O QUE ELAS PRÓPRIAS PENSAM E SEGUNDO O QUE ELAS PENSAM SER A OPINIÃO DOS BRASILEIROS.

Características de	Opinião própria sobre		Opinião dos brasileiros sobre	
	Negros	Brancos	Negros	Brancos
Pessoas do 1º Mundo				
Rico	12	49	07	65
Civilizado	31	40	10	59
Independente	31	41	12	62
Ambicioso	24	57	29	30
Pessoas do 3º Mundo	Negros	Brancos	Negros	Brancos
	%	%	%	%
Pobre	40	28	78	11
Solidário	38	24	10	23
Trabalhador	69	38	24	46
Sonhador	40	41	30	18

que os estudantes atribuíram com maior frequência adjetivos do primeiro mundo a pessoas brancas e adjetivos do terceiro mundo a pessoas negras. Nosso estudo mostra também que, para os estudantes (colunas 4 e 5 da Tabela 6), os brasileiros atribuem ainda com maior ênfase adjetivos do primeiro mundo aos brancos, os quais são considerados majoritariamente como ricos, civilizados e independentes. No que concerne aos adjetivos característicos de pessoas do terceiro mundo, as diferenças não são tão claras, com a exceção do adjetivo pobre, que foi quase que unanimemente (78%) aplicado aos negros.

O leitor atento lembrará que nossa amostra, apesar de relativamente homogênea, diferencia-se bastante em função da raça e da cor da pele (veja Tabela 1), e, em se tratando de um estudo das relações interraciais, as características da raça e da cor de pele dos sujeitos poderiam ser decisivas. Mas, de fato, no que concerne a atribuição de adjetivos a brancos e negros, as análises estatísticas não mostraram diferenças entre os estudantes em função da cor ou da raça que eles próprios se atribuem.

Conclusões:

Os dados obtidos neste estudo demonstram que existe, entre os estudantes, um sentimento praticamente unânime (98%) de que no Brasil existe preconceito; mas curiosamente a grande maioria (84%) não se considera preconceituosa. De fato, 82% dos estudantes, ao mesmo tempo em que acreditam na existência do preconceito racial no Brasil, afirmam que eles mesmos não são preconceituosos. Esta situação contraditória sugere que, no Brasil, as pessoas tanto têm uma clara consciência de que se vive numa situação de discriminação racial como não se sentem individualmente responsáveis por esta situação. Deve ter-se em conta que, diferentemente das pesquisas já citadas sobre as atitudes preconceituosas dos brasileiros (Rodrigues, 1995; Martinez e Camino, 2000), neste estudo cada alternativa relacionava expressamente a existência, ou não, de uma atitude preconceituosa na pessoa e a existência, ou não, de uma atitude preconceituosa no brasileiro. Mesmo assim, a grande maioria dos estudantes (82%) escolhe a opção que relaciona a existência de preconceito no brasileiro à posição individual não-preconceituosa. A força da norma social anti-racista leva as pessoas a evitar assumir atitudes pessoais preconceituosas, mas essa norma não lhes impede de ver que no Brasil continua-se a discriminar as pessoas de cor negra. Nesta situação contraditória, existe discriminação mas ninguém é responsável por ela.

Neste sentido, as formas de categorizar as diferenças raciais devem conter, de alguma maneira, esta ambivalência. De fato, os estudantes, quando perguntados sobre as atividades em que as pessoas se engajam mais frequentemente, afirmam, quando não percebem nenhuma comparação, que os negros preferem tanto as atividades que pressupõem força ou

habilidade física - mas não qualificação profissional - quanto as que pressupõem aptidões naturais para a arte e o espetáculo; afirmam também que os brancos inserem-se com maior frequência em atividades profissionais qualificadas e/ou ligadas ao exercício do poder. Mas quando se trata de uma comparação, os estudantes recusam-se a responder ou, quando respondem, não estabelecem diferenças entre os grupos raciais.

Ao escolher entre os adjetivos que descreveriam pessoas simpáticas ou antipáticas, quando respondem por si mesmos, os estudantes utilizam mais adjetivos de pessoas simpáticas e menos de pessoas antipáticas para descrever pessoas de cor negra que para descrever pessoas de cor branca. Por sua vez, quando respondem o que acham que os brasileiros pensam, os resultados se invertem; neste caso os estudantes atribuem mais adjetivos de pessoas antipáticas e menos de pessoas simpáticas para descrever pessoas de cor negra, e mais adjetivos positivos e menos negativos para julgar as pessoas de cor branca.

Estes dados sugerem a existência de um duplo padrão de avaliação quanto ao preconceito racial. Esta duplicidade de norma tem sido observada, por exemplo, na vida sexual e amorosa de estudantes norte-americanos (MacDonald, Huggins, Young e Swanson, 1973) e nordestinos (Deschamps, Camino e Neto, 1997). Neste último caso, os estudantes se declaram, por um lado, abertos a experiências sexuais pessoais, mas, por outro lado, eles possuem uma visão tradicional e normativa da vida sexual de suas parceiras. Deschamps, Camino e Neto (*op. cit.*) relacionam este duplo padrão com a ideologia machista. Pensamos que, no caso deste estudo, o duplo padrão serve claramente aos interesses da ideologia racista.

Ao escolher entre os adjetivos que descreveriam pessoas do primeiro e terceiro mundo, quando respondem por si mesmos, os estudantes utilizam mais adjetivos do terceiro mundo e menos do primeiro mundo para descrever pessoas de cor negra, e mais adjetivos do primeiro mundo e menos do terceiro mundo para descrever as pessoas de cor branca. E quando convidados a responder pelos brasileiros, usam o mesmo padrão de respostas.

No Brasil, a intensa miscigenação racial e a extrema discriminação em que vivem as pessoas de cor negra produzem processos de acomodação muito fortes. Ao mesmo tempo, novas formas de categorização estão se desenvolvendo, formas que se destinam a substituir o conceito de raça pelo de modernismo, a cor branca sendo associada aos valores do primeiro mundo e a cor negra aos valores do terceiro mundo. Estas novas formas de categorização não se confrontam com as normas anti-racistas, o que facilita a conservação dos processos de exclusão. Analisamos este processo numa perspectiva psicossociológica, utilizando como analogia o conceito de “Formação Reativa” para indicar que tanto os mecanismos psicológicos de inibição como as novas formas do discurso racial têm como objetivo preservar a discriminação racial vigente desde a escravatura, assim como retirar dos cidadãos o sentimento de responsabilidade por essa situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W., FRENKEL-BRUNSWIK, E., LEVINSON, D. & SANFORD, R., N. (1950). *The authoritarian personality*, New York: Harper & Row.
- ANDREWS, G. R. (1998) – *Negros e Brancos em São Paulo: 1888 - 1988*. Bauru, S. P., Edusc.
- AZEVEDO, T. (1975) – *Democracia racial*. Rio de Janeiro. Vozes.
- BAUMAN, Z. (1998) – *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BEEMAN, W. e FRANK, I. (1998) – *New dynamics in the global economy*. New York, Committee for Economic Development.
- BIERBRAUER, G. e PEDERSEN, P. (1996). Culture and Migration. In G. R. Semin & K. Fiedler (Eds), *Applied Social Psychology*. London: Sage Publications.
- BILLIG M. (1985) , Prejudice, categorization and particularization: from a perceptual to a Rethorical approach. *European Journal of Social Psychology*, 15, 79-103.
- _____ (1991) *Ideology and opinions: Studies in Rethorical Psychology*. London, Sage.
- BROWN, R. (1995). *Prejudice: its social psychology*. Oxford: Blackwell Publishers.
- BOWSER, B. P. (1995a) – *Racism and Anti-racism in World Perspective*. California, Sage. Introduction: ix –xxix.
- BOWSER, B. P. (1995b) – Racism in the modern world community. Em: B. P. Bowser (Org.) – *Racism and Anti-racism in World Perspective*. California, Sage: 27 – 45.
- CAMINO, L. (1996) - Uma Abordagem Psicossociológica no Estudo do Comportamento Político. *Psicologia e Sociedade*. 8(1), 16-42.
- CAMINO, L.; DA SILVA, P.; MACHADO, A. e MARTINEZ, I. (2000) - Aspirações primeiro-mundistas de estudantes brasileiros e as novas formas do racismo. Comunicação apresentada no “*I Congresso Hispano-Português*”, 21-23 de Setembro. Santiago de Compostela, Espanha.
- DESCHAMPS, J-C.; CAMINO, L. e NETO, F. (1997) - Différences entre les conceptions de l’amour d’étudiants(tes) brésileiens(nes) et suisses. *Cahiers Internacionaux de Psychologie Sociale*. 36, 11-27.
- DOLLARD, J., DOOB, L., MILLER, N., MOWRER, O. e SEARS, R. (1939) - *Frustration and Aggression*. New Haven, CT, Yale University Press.
- DOVIDIO, J. F., MANN, J., e GAERTNER, S.L. (1989) “Resistance to affirmative action: The implications of aversive racism” in Blanchard, F. e Crosby, F. (Eds.) *Affirmative Action in Perspective*, New York, Springer-Verlag
- DUPAS, G. (2000) – *Economia Global e Exclusão Social*. São Paulo, Paz e Terra. 2ª Edição.
- FERNANDES, F. (1965) – *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Cia. Editora nacional.

- _____ (1972) – *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Difel.
- FREYRE, G. (1933) – *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regimen da economia patriarcal*. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt.
- GAERTNER, S.L. e MCLAUGHLIN, J.P. (1983) “Racial Stereotypes: Associations and ascriptions of positive and negative characteristics” *Social Psychology Quarterly*, 46: 23-30
- GIDDENS, A. (1996) - *Para além da esquerda e da direita*. S. Paulo Ed. UNESP
- GUIMARÃES, A. S. (1999) – *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34 Ltda.
- HOVLAND, C. I. e SEARS, R. (1940) - Minor Studies of Aggression: Correlation of Lynchings with Economic Indices. *Journal of Psychology*, 9, 301-310.
- JONES, J. M. (1972). *Prejudice and Racism*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley.
- KATZ D. e BRALY K.W. (1958) - Verbal streotypes and racial prejudice. Em E.E. Maccoby. T.M. Newcomb e E. L. Hartley (Eds.) *Readings in Social Psychology*. New York, Holt, Rinehart e Winston. p. 40-46. (Publicação original de 1933)
- KATZ, I., WACKENHUT, J., HASS, R.G., (1986) - “Racial ambivalence, value duality, and behavior” Em J.F. Dovidio e S.L. Gaertner (Eds.) *Prejudice, Discrimination, and Racism*, New York, Academic Press,
- KELMAN, H. C. (1961) - Processes of opinion change. *Public Opinion Quarterly*. 25, 57-78.
- MARTINEZ, I. e CAMINO, L. (2000) - Brasil es Racista, Brasil no es Racista: El discurso social como determinante de las diferencias percibidas entre blancos, negros y morenos. Comunicação apresentada no *VII Congresso de Psicologia Social da Espanha*. 26-29 de Setembro. Oviedo, Espanha.
- MAC DONALD, A. P. Jr., HUGGINS, J., YOUNG, S. e SWATSON, R. A. (1973) – Attitudes toward homosexuality: Preservation of Sex morality or the double standard? *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 40, 161.
- MCCONAHAY, J.B. (1986) Modern Racism, ambivalence, and the modern racism scale” in J.F. Dovidio & S.L. Gaertner (Eds.) *Prejudice, Discrimination, and Racism*, New York, Academic Press
- MEERTENS, R. e PETTIGREW, T. (1999) – Será o racismo subtil mesmo racismo? Em: Vala, Jorge (1999) – *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras, Celta Editora. 11-29.
- Ministério do Trabalho do Brasil, Assessoria Internacional (1998) – *Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasil, gênero e raça: todos pela igualdade de oportunidade*. Brasília, MTb.
- MONTEIRO, M. B., LIMA, L., VALA, J. (1994), “Relações entre grupos e gestão de conflitos - A retórica da discriminação”, in *Psicologia Social e das Organizações - Estudos em empresas portuguesas*, Oeiras, Celta: 79-98

- MOSCOVICI, S. (1985) – Social influence and conformity. Em: G. Lindzey e E. Aronson (Eds.) *The Handbook of Social Psychology*. New York, Random House.
- NASCIMENTO, A. (1968) – *O negro revoltado*. Rio de Janeiro, Nova fronteira.
- PEREZ, J.A. (1996) “Nuevas formas de racismo” in J.F. Morales & S Yübero (eds.) *Del prejuicio al racismo: perspectivas psicosociales*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha
- PETTIGREW, T. F. e Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 203-226.
- PRADO, C. Jr. (1937/1994) – *A formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo, Brasiliense.
- RAMOS, A. (1937) – *As culturas negras no Novo Mundo*. Rio de Janeiro, Casa do estudante do Brasil.
- RODRIGUES, F. (1995) – Racismo Cordial. Em: C. Turra e G. Venturi, (Orgs.). *Racismo Cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. Editora Ática. São Paulo: 11-56.
- RODRIGUES, R. N. (1933/1945) – *Os africanos no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- SEARS, D. O. e KINDER, D. R. (1971) – Racial tensions and voting in Los Angeles. Em: W. Z. Hirsch (Ed.) *Los Angeles: Viability and prospects for metropolitan leadership*. New York, Praeger.
- SILVA, M. J. (19915). *Racismo à Brasileira: Raízes históricas*. São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 3ª edição.
- SKIDMORE, Thomas (1976) – *O preto no branco*. Rio de Janeiro; Paz e Terra.
- STEPHAN, W. G. (1985) – Intergroup Relations. Em: G. Lindzey e E. Aronson (Eds.) *The Handbook of Social Psychology*. New York, Random House. II. 599-658.
- TAJFEL H. (1981) *Human Groups and Social Categories: Studies in Social Psychology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- TAJFEL H., BILLIG M., BUNDYR.P. e FLAMENT C. (1971) Social Categorization and Intergroup Behavior. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-178.
- TURRA, C. y VENTURI, G. (1995). *Racismo Cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. Editora Ática. São Paulo.
- VALA, J. (1999) – *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oieras, Celta Editora.
- VALA, J., LOPES, D. e BRITO, R. (1999) – A construção social da diferença: Racialização e etnicização. Em: Jorge Vala (Org.) – *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oieras, Celta Editora: 31 –60.
- VALA, J.; BRITO, R. e LOPES, D. (1999) – *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- VAN DEN BERGHE, P. (1969) – *Race and racism: A comparative perspective*. New York, Wiley.

- VAN DIJK, T. A. (1997) – *Racismo y análisis crítico de los medios*. Buenos Aires, Paidós.
- _____ (1998) – *Ideology: A multidisciplinary approach*. Londres, Sage.
- VIANNA, J. O. (1932/1959) – *Raça e Assimilação*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- VENTURI G. e PAULINO, M. F. (1995) – Pesquisando preconceito racial. Em: C. Turra e G. Venturi, (Orgs.). *Racismo Cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. Editora Ática. São Paulo: 83-95.
- WETHERELL, M. (1996) - *Identities Groups and Social Issues*. The Open University. Califórnia, EUA.
- YZERBYT, V., ROCHER S. & SCHADRON, G. (1997). Stereotypes as Explanations: A subjective Essentialistic View of Group Perception. in Spears, R., Oakes, P., Ellemers, N., Haslam, A.S. (1997) - *The Social Psychology of Stereotyping and Group Life*. Blackwell, Oxford Cambridge, EUA: 51-71.

• Recebido para publicação junho de 2000